

## **Da Adaptação à Apropriação: conceitos-chave da Inclusão Escolar para Estudantes Amputados**

Guilherme da Silva Maia<sup>1</sup>; 0009-0002-0572-9688  
Ivanete da Rosa Silva de Oliveira; 0000-0003-3368-718X  
João Victor Neto Policarpo; 0009-0008-1906-9960

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[guilhermemaiia308@gmail.com](mailto:guilhermemaiia308@gmail.com)  
[joavictorpolicarpo656@gmail.com](mailto:joavictorpolicarpo656@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho de revisão bibliográfica tem como objetivo abordar os conceitos-chave relacionados à inclusão de estudantes amputados de membros inferiores nas aulas de Educação Física. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo explora os desafios enfrentados por esses estudantes e as estratégias educacionais para garantir a inclusão no ambiente escolar. Destaca-se a importância da formação docente para promover uma educação física verdadeiramente inclusiva. Os resultados indicam que a mudança de perspectiva, da adaptação para a apropriação, é fundamental para evitar estigmas e empoderar os estudantes amputados. A pesquisa contribui para o debate sobre a inclusão de estudantes amputados e ressalta o papel do professor na promoção de um ambiente acolhedor e respeitoso para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas.

**Palavras-chave:** Amputação. Educação Física. Inclusão. Membros Inferiores.



## INTRODUÇÃO

No âmbito escolar, a falta de conhecimento, o despreparo didático-pedagógico e até mesmo a ausência de empatia por parte dos professores de Educação Física pode afetar o desenvolvimento físico, social e afetivo dos estudantes amputados, levando-os a serem marginalizados e excluídos das atividades físicas.

Nesse sentido, optamos por explorar neste trabalho os principais conceitos relacionados à situação de amputação de membros inferiores, a partir da perspectiva de autores como Caromano *et al.* (1992), Tooms *et al.* (1987), Mantoan (1997, 1998, 2003, 2007), Oliveira e Nobre (2020) e Sassaki (2002). Desse modo, buscamos fornecer aos professores de educação física um suporte para compreender elementos conceituais sobre a inclusão efetiva de estudantes com amputação de membros inferiores em suas aulas.

Entendemos que compreender a complexidade desse contexto é fundamental para adotar abordagens inclusivas e proporcionar experiências positivas aos estudantes amputados. Para tal, pretende-se promover o entendimento das diferentes causas de amputação, bem como as limitações físicas e emocionais que os estudantes podem enfrentar, orientará o professor em sua prática pedagógica.

Além disso, discutiremos a relevância de superar o paradigma da adaptação e adotar uma abordagem apropriada, que considere as particularidades de cada estudante e promova sua autonomia e desenvolvimento integral. Essa mudança de perspectiva é fundamental para evitar estigmas e promover uma verdadeira inclusão, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados em sua individualidade.

Nesse contexto, a formação docente ganha destaque, sendo um dos pilares para capacitar os professores frente à diversidade de seus estudantes e oferecer uma educação física verdadeiramente inclusiva. Para tal, compreendemos a importância de buscar estratégias que sensibilizem os docentes para enfrentar os desafios e oportunidades que surgem ao trabalhar com estudantes amputados de membros inferiores.

Neste estudo, adotamos uma abordagem qualitativa (Minayo, 1994) respaldada por uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2008; 2010), com base em conceitos-chave, com o propósito de auxiliar os professores de educação física a se tornarem agentes transformadores. Para isso, abordamos a temática da amputação de membros inferiores, visando promover uma cultura mais inclusiva nas escolas e proporcionar a todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, a oportunidade de participar plenamente das aulas de educação física e desenvolver suas habilidades físicas, sociais e emocionais.

As discussões sobre a temática de amputação de membros inferiores neste estudo se fundamentam nos estudos de Caromano et al. (1992) e Tooms et al. (1987). Com base em autores como Mantoan (1997, 1998, 2003, 2007), Oliveira e Nobre (2020) e Sasaki (2002), as políticas inclusivas e o conceito de inclusão escolar são discutidos no contexto de políticas públicas e legislações que amparam a educação inclusiva (Brasil, 2015).

## **MÉTODO**

Neste estudo adotamos uma abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (1994, p. 22), "aprofunda-se no significado das ações e relações humanas, um aspecto não tangível e não capturável através de equações, médias e estatísticas". Quanto à sua natureza, a pesquisa se enquadra no tipo exploratório, cujo objetivo principal é "desenvolver, elucidar e modificar conceitos e ideias, visando formular problemas mais precisos ou hipóteses passíveis de investigação em estudos subsequentes" (Gil, 2008, p. 27). Além disso, o estudo foi caracterizado como bibliográfico, que, segundo Gil (2010), se destaca por se basear em materiais já publicados.

Desse modo, buscamos um conjunto de referências, provenientes de livros, legislação, documentos oficiais e periódicos para fornecer embasamento teórico para compreender a importância da inclusão nas aulas de educação física escolar. As obras que foram



fundamentais para o estudo da inclusão na educação e que contribuem com reflexões sobre a temática são decorrentes de autores como Maria Teresa Eglér Mantoan (1997, 1998, 2003, 2007), Romeu Kazumi Sassaki (2002), Lise Saint-Laurent (1997), Ivanete da Rosa Silva de Oliveira; Júlio Cesar de Almeida Nobre (2020).

Outras fontes que contribuem para a discussão sobre educação inclusiva são documentos e declarações oficiais. O Primeiro Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, publicado em 1987, apresenta ações e diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência. Já a Declaração de Salamanca e a linha de ação sobre necessidades educativas especiais, publicadas em 1994, são resultados da parceria entre Brasil, UNESCO e Ministério da Educação e Ciência da Espanha, buscando direcionar políticas inclusivas na área educacional. Outra fonte importante foi o Ministério da Saúde do Brasil, que publicou as Diretrizes de Atenção à Pessoa Amputada em 2013, com o intuito de fornecer orientações para a assistência a pessoas amputadas, sendo uma valiosa referência para o estudo. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é uma legislação relevante para a discussão sobre inclusão. Ela foi instituída em 2015 e é uma fonte essencial para compreender os direitos e garantias das pessoas com deficiência no Brasil.

As referências em formato de artigos foram extraídas das bases de dados Lilacs e SCieLO, com um recorte temporal de 2017 a 2022. A pesquisa envolveu periódicos voltados à área da educação, da educação especial e da educação física, com foco na temática da inclusão de escolares como público-alvo da educação especial.

Como critério de inclusão/exclusão dos artigos, optou-se por aqueles que apresentassem título e/ou descritores relacionados à inclusão, educação física, amputação e/ou membros inferiores. Foram analisados também os resumos, sendo que esses deveriam apresentar seus conteúdos relacionados à educação física e/ou à inclusão. Após a coleta dos dados, as informações relevantes foram agrupadas de acordo com as seguintes categorias que



correspondem aos conceitos-chave: i) amputação de membros inferiores: definição, causas e tipos; ii) abordagem pedagógica e inclusiva: orientações para professores de educação física; iii) da adaptação à apropriação.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Amputação de membros inferiores: definição, causas e tipos

Caromano et al. (1992) definem "amputação" como a perda ou remoção de um membro devido a trauma ou doença. As indicações para amputação são complexas e devem ser consideradas somente quando outras opções reconstrutivas não são viáveis.

Existem diversas causas para amputações de membros inferiores, tais como acidentes de trabalho, traumas, diabetes, tumores, malformações congênitas e problemas vasculares (CONFORPÉS, 2019). Estudos revelam que aproximadamente 85% das amputações ocorrem nos membros inferiores (TOOMS, 1987).

O membro remanescente da amputação é denominado de "coto". O coto, agora considerado como um novo membro, é responsável pelo controle de uma possível prótese durante o movimento (TEIXEIRA; ANDRADE, 2018).

As amputações de membros inferiores podem ser divididas em três níveis: terço proximal, médio e distal. Todas têm um grande impacto na restrição da independência funcional, diminuindo a capacidade laboral, a socialização e afetando aspectos biopsicossociais, conseqüentemente afetando a qualidade de vida (MIGUEL, 2019).

Esses três tipos se desdobram em seis tipos de amputação de membros inferiores, como: hemipelvectomy, desarticulação do quadril, amputação transfemoral, desarticulação do joelho, amputação transtibial e amputação de pé (Conforpés, 2019).



Abordagem Pedagógica e Inclusiva: orientações para professores de educação física

Segundo Miguel (2019), a amputação de membros inferiores pode ser considerada uma complicação para a saúde pública, pois está associada a uma significativa incapacidade, morbidade e mortalidade, tornando-se uma condição de saúde crônica comum para os indivíduos afetados.

A amputação acarreta um impacto social significativo, exigindo que a pessoa aprenda a lidar com sua nova vida e sua relação com a deficiência, o que envolverá a ressignificação de sua autoimagem. Nessa fase, é fundamental que as pessoas amputadas de membros inferiores sejam atendidas por uma equipe multiprofissional, visando melhorar sua funcionalidade e qualidade de vida, incentivando a independência e reintegração à família, à comunidade e à sociedade (MIGUEL, 2019).

Partindo do princípio de que o indivíduo amputado não se define pelo membro perdido, é crucial destacar o seu potencial. Nesse sentido, as atividades físicas e esportivas devem ser adequadas ao nível de dificuldade de cada pessoa.

A amputação implica em uma mudança no estilo de vida, limitando o envolvimento em atividades, restringindo a participação social e resultando em dificuldades no desempenho funcional. Isso pode gerar obstáculos na locomoção e no desenvolvimento de certas atividades, requerendo constantes adaptações ao estado motor do indivíduo (Biffi et al., 2017).

No ambiente escolar, é de extrema importância atentar-se às características motoras dos estudantes amputados para que eles se sintam parte do grupo escolar e não se excluam.

O professor precisa, antes de tudo, conhecer os diferentes tipos de amputação, conforme apresentado anteriormente, para incluir os estudantes em suas aulas e na sociedade.



Compreende-se, portanto, que o professor, ao promover uma escuta sensível para potencializar o movimento de marcha do estudante, deve conhecer os diferentes tipos de amputação e desenvolver atitudes alinhadas à perspectiva da inclusão.

#### Da adaptação à apropriação

Antigamente, os sistemas escolares promoviam a segregação de estudantes com deficiência em salas especiais, o que limitava a diferenciação didática. O ensino desses discentes era realizado, em sua maioria, em escolas ou instituições especializadas. Alguns alunos, considerados inaptos para integração nas escolas regulares ou mesmo em salas especiais, eram enviados para escolas segregadas (Mantoan, 2003).

O conservadorismo escolar e o desejo por melhorias levaram ao conceito de "mainstreaming" (Mantoan, 1998), que defendia a integração escolar como um modelo em que todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, deveriam receber educação adequada às suas necessidades específicas.

A ideia de integração começou a se difundir no Brasil após a década de 1970, originando-se nos países escandinavos, especialmente na Dinamarca, e desenvolvendo-se nos Estados Unidos. O Canadá também aderiu ao movimento, buscando atender aos objetivos integracionistas em prol dos estudantes com deficiência ou dificuldades específicas de aprendizagem (Saint-Laurent, 1997).

A integração escolar, frequentemente comparada a uma cascata, representa uma forma condicional de inserção, na qual a capacidade de adaptação do aluno determina sua integração em uma sala regular, uma classe especial ou até mesmo instituições especializadas (Mantoan, 1997).

A perspectiva integradora, apesar de ser um avanço em relação à segregadora, contrasta com uma proposta inclusiva, que visa atender os estudantes com deficiência sem estigmatização ou discriminação (Mantoan, 2003; 2007; Oliveira; Nobre, 2020; Sasaki,

2002). A educação inclusiva começou nos Estados Unidos em 1975 como uma reação às políticas integracionistas controversas. Ela implica que todas as crianças devem aprender juntas, adaptando as atividades conforme necessário (Sapon-Shein, 1992; Friend; Bursuck, 1996 apud Saint-Laurent, 1997).

No Brasil, a educação inclusiva foi introduzida na década de 1990, estendendo-se para além das pessoas com deficiência, abrangendo todos os estudantes nas escolas regulares de maneira abrangente e sistemática (Saint-Laurent, 1997). Essa política educacional desafia o sistema educacional a garantir o direito à educação para todos, sem exclusões desde o início da escolarização (Saint-Laurent, 1997).

No entanto, existem desafios para a implementação da educação inclusiva, e muitos professores se sentem pouco preparados para lidar com as diferenças em suas salas de aula, especialmente quando se trata de casos de estudantes com deficiência. Além disso, há uma contradição na abordagem da Declaração de Salamanca, que recomenda tanto a inclusão em classes regulares quanto o ensino em instituições especializadas, perpetuando processos de segregação protegidos pelos valores de integração (Dalberio; Prereira; Aquino, 2012).

A busca pela inclusão genuína requer uma compreensão mais profunda das necessidades pedagógicas de todos os estudantes, e a educação inclusiva é uma obrigação de todos na construção de um ambiente escolar acolhedor, que valorize a diversidade e respeite as singularidades de cada estudante (Brasil, 1987; Brasil/UNESCO, 1994).

Nesse contexto, a perspectiva da inclusão nos leva a questionar a manutenção de instituições especializadas, bem como a postura docente que não busca romper com as abordagens segregadoras e integracionistas.

Defendemos, inclusive, que a adoção de determinados conceitos utilizados por professores de educação física no âmbito escolar pode contribuir para uma formação plena desses



estudantes, por meio de propostas didáticas relevantes para a prática de atividades físicas, que garantam o direito de todos os estudantes.

Sendo assim, quando um professor promove adaptações em atividades em suas aulas de educação física, ele está alinhado à perspectiva integrativa. No entanto, a verdadeira inclusão exige muito mais do que ajustes técnicos. Entendemos que a perspectiva inclusiva envolve a autonomia pessoal dos estudantes amputados, portanto, requer uma postura de apropriação de si mesmo, de auto compreensão de seus limites, mas, principalmente, de suas potencialidades. Portanto, o termo “apropriar-se” significa tomar para si, apoderar-se de algo, tornar algo próprio (Michaelis, 2022).

A apropriação das atividades, em vez de adaptação, busca promover a autonomia e o empoderamento das pessoas com deficiência. Ao optarmos pelo uso do termo "apropriado" em detrimento do termo "adaptado", reconhecemos, como defende Gaio (2006), o poder e as potencialidades desses estudantes dentro do contexto escolar.

Assim sendo, a combinação da abordagem qualitativa com a pesquisa bibliográfica nos permitiu obter subsídios relevantes para a compreensão da perspectiva da educação inclusiva, que envolvem nuances dos significados das ações e relações humanas, conforme destacado por Minayo (1994), possibilitando ao docente de educação física, produzir atitudes e práticas pedagógicas que busquem transformar a realidade de escolares com amputação e promover uma educação física inclusiva e para todos os estudantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo buscou fornecer aos professores de educação física um suporte teórico para compreender a complexidade do contexto dos estudantes amputados de membros inferiores. Identificamos que a falta de conhecimento, o despreparo didático-pedagógico e



a empatia por parte dos professores podem levar à marginalização e exclusão desses estudantes nas atividades físicas escolares. Através da abordagem qualitativa e da pesquisa bibliográfica, exploramos conceitos-chave relacionados à amputação de membros inferiores, buscando promover uma cultura mais inclusiva nas escolas. Observamos que é fundamental que o professor compreenda as diferentes causas de amputação e as limitações físicas e emocionais que os estudantes enfrentam, a fim de orientar sua prática pedagógica.

Uma mudança de perspectiva é necessária, passando da simples adaptação para a apropriação, onde o estudante amputado se torna protagonista de sua própria aprendizagem e desenvolvimento. Isso envolve conhecer e respeitar as particularidades de cada discente, promovendo sua autonomia e valorizando sua individualidade. A formação docente é um dos pilares fundamentais para garantir uma educação física verdadeiramente inclusiva. Os professores precisam ser sensibilizados para enfrentar os desafios e oportunidades ao trabalhar com estudantes amputados, buscando estratégias que atendam às necessidades específicas de cada um.

Ao discutir a amputação de membros inferiores, buscamos sensibilizar os educadores para a importância de adaptar suas práticas e criar ambientes que acolham e estimulem a participação ativa de todos os discentes.

Acreditamos que, ao abraçar essa perspectiva inclusiva, a educação física pode se tornar um espaço de empoderamento, onde os estudantes com amputação de membros inferiores podem se sentir valorizados, respeitados e encorajados a superar desafios físicos e emocionais. Além disso, essa abordagem visa desconstruir estereótipos e preconceitos em relação à deficiência física, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

O estudo constatou que há uma escassez de publicações acerca da temática que envolve a docência da Educação Física com estudantes do Ensino Fundamental que sofreram amputação de membros inferiores, o que evidencia que o assunto não recebe a devida

atenção pela área. Conclui-se que esta é uma temática que, dadas as circunstâncias presentes, merece ser mais debatida, sendo necessária a discussão sobre quais atividades são apropriadas para estudantes amputados de membros inferiores, que possibilitem o desenvolvimento integral do indivíduo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIFFI, R. F.; ARAMAKI, A. L.; DUTRA, F. C. M.; GARAVELLO, I.; CAVALCANTI, A. Levantamento dos problemas do dia a dia de um grupo de amputados e dos dispositivos de auxílio que utilizam. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 46-53, 2017. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v28i1p46-53. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/download/119015/129252/254806>. Acesso em: 24 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa amputada** 1. ed. 1. Reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_pessoa\\_amputada.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_amputada.pdf). Acesso em: 14 de março de 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 de março de 2022.
- BRASIL. SEPLAN – Pr. CORDE. **Primeiro Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília. 1987.
- BRASIL/UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Espanha, Brasília: CORDE, 1994.
- CAROMANO, F. A. *et al.* Incidência de amputação de membro inferior, unilateral: análise de prontuários. **Revista de Terapia Ocupacional USP** 1992; 3(1/2): 44-53.

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235581104.pdf> Acesso em: 5 de junho de 2022.

CONFORPES. **Principais causas da amputação.**, 2020. Disponível em: <https://blog.conforges.com.br/dr-responde/principais-causas-da-amputacao/> Acesso em: 29/08/2022.

DALBERIO, Maria Célia Borges; PEREIRA, Helena de Ornellas Sivieri; AQUINO, Orlando Fernández. "Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente." **Revista iberoamericana de educación**. 2012. Disponível em: <https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/183352> Acesso em: 29/08/2022.

GAIO, R. **Para além do corpo deficiente...histórias de vida**. Jundiaia: Editora Fontoura, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIGUEL, Henrique. **Qualidade de vida em amputados de membros inferiores**. Núcleo do Conhecimento. Saúde. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/amputados-de-membros> Acesso em: 5 de junho de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. **Educação Santa Maria**, v. 32, n. 2, p. 319-326, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração X Inclusão - Educação para Todos**. Pátio, n. 5, p. 48-51, 1998.



MICHAELIS. **Apropriar (se)**. Editora Melhoramento, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/apropriar/> Acesso em: 14 de março de 2022.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S (org) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de; NOBRE, Júlio Cesar de Almeida. **Transtorno do Espectro Autista**: desconstruindo uma perspectiva normalizadora na educação. In: CORDEIRO, Claudia Tolochinski; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de. Educação e políticas inclusivas: ressignificando a diversidade. Londrina: Syntagma Editores, 2020. p. 34-52.

SAINT-LAURENT, Lise. **A educação de alunos com necessidades especiais**. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, Senac, 1997, p. 67- 76.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. In: **Revista Fórum**. 2002. p. 9-18. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/1129> Acesso em: 09 outubro2022.

TEIXEIRA, Kelly Silva; ANDRADE, Thais Vinciprova Chiesse de. **A inclusão de deficientes físicos amputados por meio da ginástica artística**. Anais III CINTEDI Campina Grande: Realize Editora, 2018. p. 1-12. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44276>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

TOOMS, R. E. **General principles of amputation**. In: Campbell WC. Campbell's operative orthopaedics. 7 ed. New York: Mosby; 1987. p.180-7.